



XXXV SALÃO de INICIAÇÃO CIENTÍFICA

6 a 10 de novembro

Evento	Salão UFRGS 2023: SIC - XXXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
Ano	2023
Local	Campus Centro - UFRGS
Título	Análise das formas de legitimação do casamento igualitário no Brasil: qual o lugar da Psicologia?
Autor	JONAS SCHEELE QUEIROGA SILVA
Orientador	HENRIQUE CAETANO NARDI

Resumo: Nas sociedades ocidentais, o casamento é um contrato pelo qual o sujeito tem acesso a um conjunto de direitos. Contudo, nem todos os países garantem por lei o casamento entre pessoas do mesmo sexo, nomeado casamento igualitário. No Brasil, tal matrimônio ainda carece de legislação, mas foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça em 2013, o que colaborou para colocar o Judiciário como um importante protetor dos direitos sexuais no país. Nesse sentido, ao considerar que as decisões jurídicas sobre casamento igualitário são tomadas com base nos saberes produzidos sobre as homossexualidades, pensar a influência da Psicologia nessas decisões torna-se necessário, já que tal campo de saber é central diante do que se produz sobre sujeitos homossexuais. Partindo deste ponto, objetiva-se compreender a forma como o debate jurídico sobre o casamento igualitário utilizou direta ou indiretamente argumentos oriundos da pesquisa em Psicologia, e de saberes próximos, no campo da parentalidade e da conjugalidade de pessoas do mesmo sexo, a partir de quatro diferentes cidades/unidades federativas que construíram uma legislação e políticas públicas importantes neste campo desde o início dos anos 2000: Canadá, Espanha, Cidade do México e Brasil. Assim sendo, o presente trabalho se detém ao contexto brasileiro e tem como metodologia uma revisão narrativa da produção científica em Psicologia no que se refere à conjugalidade de pessoas do mesmo sexo e à homoparentalidade. Para isso, realizou-se a busca de artigos na base de dados da SciELO, com os descritores que melhor traduziam os termos “casamento igualitário” e “homoparentalidade”. Isto posto, foram selecionados 69 artigos para leitura, que estão sendo reavaliados para uma nova seleção. Os resultados parciais dos artigos encontrados indicam a operação do dispositivo da afetividade e a evocação dos termos “personalidade” e “família” no Judiciário brasileiro, para justificar a legitimação do casamento igualitário.